

Índice

| Capítulo | Páginas |
|--|---------|
| I Introdução | |
| II Descrição de riscos no país | |
| III Aspectos institucionais e compromissos políticos | |
| IV Aplicações/instrumentos de gestão de riscos | |
| V Gestão de conhecimentos | |
| VI Planos de preparação de contingências | |
| VII Práticas de gestão dos riscos de desastres | |
| VIII Propostas a serem abordadas durante a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres | |



I. INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado para ser apresentado à Conferência Internacional de Kobe-Hyogo a ter lugar no Japão em Janeiro de 2005 e o mesmo apresenta informação sobre a situação de risco em Angola.

O relatório dá realce as actividades em curso que contam algumas delas com a cooperação da comunidade internacional e em particular do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Angola é um Estado Democrático de Direito localizado geograficamente no hemisfério sul do Continente Africano com uma extensão territorial de 1.246.700 Km², com um clima predominante tropical húmido, cuja divisão Política Administrativa é de 18 Províncias, 164 Municípios e 528 comunas, com uma população estimada em cerca de 14.227.000 (catorze milhões duzentos e vinte e sete mil habitantes).

O conflito armado que se prolongou por mais de 30 anos não só causou prejuízos humanos e materiais, mas afectou gravemente o estado socio-económico do país, o que levou o Governo a ter como principal prioridade a garantia da segurança das populações e das infra-estruturas, tendo os desastres naturais e tecnológicos recebido menor atenção, embora e sempre que necessário se tivesse realizado algumas actividades pontuais de protecção as populações nesta matéria.

Apesar de ocorrer com pouca intensidade registam-se no País actividade sísmica (terremotos e vulcões), ciclones, incêndios, raios, cheias, calemas, deslizamentos de terra, ravinas e seca. A estes desastres naturais, junta-se também de uma forma geral, a ameaça do HIV/SIDA, a pandemia do século.

Tal como acontece em África onde ao longo das últimas décadas têm aumentado as catástrofes naturais e provocadas pelo homem em Angola na última década mais pessoas foram afectadas por desastres naturais e as perdas económicas estão aumentar.

Existem actualmente em África políticas e mecanismos institucionais de redução de riscos de catástrofes naturais em vários graus de realização contudo a eficácia é limitada, daí a necessidade de uma aproximação estratégica para melhorar e realçar a sua eficácia e eficiência ao acentuar a redução de riscos de catástrofes naturais.

Com o objectivo de por em prática a estratégia definida no Continente Africano, o Governo de Angola encontra-se participando em distintas actividades e conferências promovidas internacionalmente, entre as quais se destacam as iniciativas do Sistema das Nações Unidas, resultando para o efeito a criação da Lei de bases de Protecção Civil (Lei 28/03 de 7 de Novembro de 2003) para prevenir a ocorrência de riscos colectivos resultantes de possíveis acidentes graves, calamidades naturais ou tecnológicas assim

como, a implementação de um Projecto de Apoio a Criação de um Sistema Nacional de Protecção Civil.

II. DESCRIÇÃO DE RISCOS NO PAÍS

A redução de riscos começa pela identificação dos mesmos, envolvendo a avaliação de riscos e de alerta rápida. A prática de identificação de risco em África e concretamente em Angola é ainda muito limitada. Existem em partes de África alguns sistemas de alerta rápidos sub-regionais que abrangem segurança alimentar, seca e factores climatéricos mais, sistemas de monitorização da desertificação só agora estão a ser desenvolvidos. Alguns Países realizaram avaliações de vulnerabilidade e capacidade, mas estas destinavam-se a apoiar a gestão da assistência alimentar e da proteção social. Os mapas da capacidade de utilização de terras raramente indicam os perigos de desastres mais alguns Países estão a melhorar a sua cobertura. Em África o foco continuado na resposta de emergência resulta numa maior ênfase sobre avaliação de perdas pós catástrofes naturais do que sobre a avaliação antecipada de risco.

Os mapeamentos de riscos que foi levados a cabo ocorreram através de processos topo-base com pouca participação de pessoas ou estimativas de riscos subjectivos.

Contudo, a prática crescente de reunir consultas entre intervenientes sobre perspectivas climatéricas e avaliação de base comunitária da vulnerabilidade das erupções vulcânicas são exemplos de progresso na inspecção da avaliação participativa de riscos em África.

Em Angola, tem-se levado a cabo a avaliação de desastres de uma forma sectorial e realizaram-se ações e avaliações nas seguintes áreas:

a) Actividade Sísmica.

A actividade sísmica data desde os anos 1943 à 1965 tendo sido sentidos em Angola 129 sismos todos de intensidade relativamente pequenas. A intensidade máxima observada foi de VI-VII graus na escala de Mercalli na região do Iona em 1968 com referências bibliográficas e registos obtidos nas estações sismográficas de Lubango, Luanda e Dundo. Ainda neste âmbito há a salientar o sismo de 13 de Abril de 1999 com magnitude 5,5 graus na escala de Richter, cujo epicentro localizou-se nas coordenadas geográfica 16° - 64 S e 20° - 95 E, que corresponde a região do Kuando-Kubango entre rios Utembo e Luengue zona aparentemente despovoada, com maior magnitude dos que ocorreram naquele ano em África, reportado pelos Serviços Geológicos da África do Sul.

Registaram-se recentemente actividades sísmicas em outras localidades do país, nos dias 5, 6 e 7 de Março de 2003 na província da Huíla e no dia 11 de Maio de 2003 na província do Bié, que segundo inquéritos estiveram entre os graus III-IV na escala de Mercalli e com magnitude entre 4-5 na escala de Richter.

Em Angola até os anos sessenta existiram três estações sismógrafas em Luanda, Dundo e Lubango que se mantiveram desactivadas durante o período de guerra. Actualmente existe um estudo resultante da iniciativa conjunta do Instituto Geológico de Angola, da Universidade Agostinho Neto e do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, no sentido de retomar a actividade de controlo das ocorrências de fenómenos sísmicos que tenham lugar no território nacional.

b) Inundações.

De acordo com os dados relativos ao período de 2002 a 2004 ocorreram várias inundações em algumas regiões do país resultante das fortes quedas pluviométricas que originaram o aumento dos caudais dos rios em diversas regiões concretamente nas províncias do Bengo, Benguela, Namibe, Huíla, Kuanza-Norte, Kuando-Kubango, Huambo e Bié, tendo causado mortos, famílias desalojadas, casas destruídas e milhares de hectares de terras destruídos como a seguir se descrevem:

| PROVINCIAIS | MUNICIPIOS/RIOS | PREJUIZOS |
|-------------|--|---|
| Benguela | Dombe -Grande /Rio koporolo | 16 casas destruídas, 5000 famílias afectadas, 500 há afectadas |
| Huambo | Caála, Katchiungo, Tchicala Tcholohanga | 324 casas destruídas, 1944 pessoas afectadas, 65.064 há afectados e 10 mortos |
| Bié | Rios Vilande, Canje, Júlio Kaluanda, Cassanje, Kwanza Kuquema | 1298 casa destruídas, 6795 famílias afectadas, 16 mortos 368400 há de culturas afectadas, 4 pontes destruídas (rios Kaluapande, Canje e Kaluvala (2)) |
| Namibe | | 32.000 famílias foram severamente afectadas, perdendo as suas residências e campos cultivados, houve o registo de (13) mortos. Destrução das pontes sobre os rios Bero, Giraul e Curoca. |
| Bengo | Kwanza, Dande, Onzo e Úcua. | 177 residências destruídas, (4042) há destruídos, (3639) famílias sinistradas |
| K.Kubango | Menongue, Kuelei,Kuatili, Caiundo, Úrica, Kuangar, Katuitui, Savati. | Erosão dos solos nas zonas altas, erosão das vias primárias e secundárias, destruição de 500 casas, surgimento de pragas e doenças. Áreas afectadas 4953 hectares no Município do Menongue, 1181 hectares no Município do Kuangar, 12581 famílias afectadas e 500 residências destruídas. |

c) Seca

Província do Cunene

O Cunene foi afectado por longa estiagem com apenas 49,0 mm de precipitações durante a campanha agrícola.

A ausência notória de chuvas provocou a seca da maior parte das principais culturas na região, tais como: massango, massambala, milho e feijão. Não obstante a resistência do massango à seca, pode-se observar que em muitos campos mesmo que nesta altura recebam alguma quantidade de quedas pluviométricas, a recuperação desta cultura não sera possível. Esta situação implica que a previsão das colheitas seja considerado como fracasso (0 a 25%) da produção normal, dado que os rendimentos não passarão dos 200 a 300 Kg/há, estando em causa a sobrevivência de 250.000 pessoas que habitam nestas zonas. Os pontos de água de escorrimientos superficiais não receberam quantidades suficientes de chuvas antevendo-se desde já grande escassez de agua até a próxima época chuvosa.

Província do Namibe

A precipitação anual não é uniforme sendo a parte Sul da Província a mais afectada com a seca onde as quedas pluviométricas são inferiores à 100 mm. Da avaliação efectuada sobre a situação constatou-se que, nos municípios de Camucuio, Bibala, Virei, Tombua e Namibe o quadro é preocupante devido a escassez de chuva o que implica a falta de agua e pastos obrigando a deslocação das populações para outras localidades. Estima-se que cerca de 297.453 populares estão afectados pela seca com tendência do número aumentar nos próximos anos.

d) Acidentes de aviação

Durante o período de 2000 à 2004 foram registados 4 acidentes aeronáuticos com total de 117 mortos e a destruição total de 4 aeronaves, cuja origem foi a guerra e responsabilidade civil.

e) Incêndios de grandes proporções

Registam-se incêndios com alguma frequência no País devendo-se destacar os seguintes: -

- O Paiol de armamento em 26/01/1997 que resultou com a sua destruição total e com a destruição parcial do Hospital Sanatório de Luanda, fábrica de medicamentos da Angomédica, Base de reparações dos Bombeiros e a Escola Nacional de Polícia.

- A fábrica de rádios e televisores de Luanda em 21/07/1993 cujos prejuízos foram estimados em USD 4.000.000 .

- O armazém do Ministério da Assistência e Reinserção Social em 13/04/1997 cujos prejuízos materiais foram a destruição de 1.600 toneladas de farinha de milho, 3.500 toneladas de óleo vegetal e a destruição parcial do armazém.

- O armazém da AROSFRAM em 14/07/1999 cujos prejuízos foram estimados em USD 8.000.000.

A destruição em 22/02/2004 de 150 tambores de combustíveis e uma viatura no incêndio ocorrido no município de Viana tendo provocado 84 mortos.

f) Ravinas

As ravinas são um fenómeno de erosão dos solos que são derivados principalmente pelos seguintes factores, tipos de solos existentes, obstrução do sistema de drenagem, construção desordenada e desarborização o que faz com que as águas fluviais não escoem de forma correcta e tomam uma direcção errada originando as ravinas.

Em Angola existem ravinas nas províncias de Cabinda, Zaire, Uige, Huambo, Luanda, e com maior incidência nas províncias da Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico.

Foram tomadas nos últimos três anos sobretudo na parte leste do país algumas acções de contenção implementando-se outros sistemas de drenagem de águas.

Contudo só vai ser possível acabar com as ravinas a partir do momento que começarmos a trabalhar num novo sistema de drenagem das cidades.

g) HIV/SIDA

Estima-se que em Angola a taxa de prevalência do HIV em 2001 foi de 5,7 por cento, o que significa que existem actualmente mais de 350,000 pessoas vivendo com o vírus que causa o SIDA. Segundo os cálculos mais recentes, prevê-se que a taxa de prevalência atinja entre 8,4 e 9,9 por cento em 2005, e entre 12,5 e 18,8 por cento em 2010. Quanto ao numero acumulado de mortes devidas ao SIDA, estima-se que este atinja entre 200 e 204 mil em 2005, e 516 a 582 mil ate 2010.

Devido as características socio-económicas da população angolana e as deslocações internas crescentes de pessoas devido ao estabelecimento da paz, estima-se que um forte crescimento da epidemia possa ocorrer no país ao longo dos próximos anos.

Em resposta a urgente necessidade de travar o avanço da epidemia e de desenvolver capacidade para lidar com o problema, o Governo de Angola lançou-se na elaboração do Plano Estratégico Nacional (PEN) para as doenças sexualmente transmissíveis (DTS), VIH e SIDA. São objectivos centrais do Programa do Governo de luta contra o HIV/SIDA, os seguintes:

- i) Fortalecer a capacidade de resposta nacional para combater a epidemia do HIV/SIDA;
- ii) Conter a tendência de transmissão do HIV através do reforço da prevenção; e
- iii) Atenuar o impacto socio-económico do HIV/SIDA no individuo, família e comunidade.

Para alcançar estes objectivos o Governo estabeleceu alguns de princípios orientadores, entre eles garantir a integração das estratégias de combate ao HIV/SIDA

com a restantes estratégias sub sectoriais inerentes a **Estratégia de Combate a Pobreza**, dado que existe uma relação directa entre populações que se encontram em situação de pobreza e a sua vulnerabilidade para com a transmissão da epidemia. Também as questões de género e de falta de poder da mulher, inerentes a situações de pobreza, são um eixo determinante na propagação da epidemia nesse sentido também tem que ser abordadas de uma forma transversal na estratégia de combate ao HIV/SIDA.

Pretende-se com esta estratégia alcançar as seguintes metas, até 2007:

- 1) Acesso universal, da população sexualmente activa, a informação, educação e serviços incluindo preservativos, aconselhamento e testagem voluntária.
- 2) Prevalência das infecções sexualmente transmissíveis nas populações vulneráveis reduzida em 25 por cento.
- 3) Risco de contaminação sanguínea por HIV reduzido de 1 a 3 por cento.
- 4) Pesquisas realizadas sobre a sero-prevalência e subtipagem das estirpes de HIV circulantes no país.
- 5) Acesso alargado de pessoas infectadas ou afectadas pelo HIV/SIDA a serviços de aconselhamento e testagem voluntária, suporte psico-social, terapia com anti-retrovirais e outros pacotes essenciais de serviços, incluído saúde, educação e alimentação.

Os objectivos e metas desta estratégia estão também em linha com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio o qual estabelece a contenção do HIV/SIDA e a reversão das presentes tendências ate 2015.

III. ASPECTOS INSTITUCIONAIS E COMPROMISSOS POLÍTICOS

Lei de Bases de Protecção Civil

Em Novembro de 2003, o Governo aprovou a Lei de Bases de Protecção Civil (Lei 28/03) com o objectivo de: (i) prevenir a ocorrência de riscos colectivos resultantes de acidentes graves, de calamidades naturais ou tecnológicas; (ii) atenuar os riscos colectivos resultantes de possíveis desastres; (iii) socorrer e assistir as pessoas atingidas ou em perigo eminente para a prevenção e resposta aos desastres naturais e tecnológicos.

A Lei inclui a definição da Política de Protecção Civil e atribui ao Governo a responsabilidade do seu desenvolvimento.

Do ponto de vista institucional a Lei 28/03 estabelece os seguintes órgãos:

Conselho Nacional de Protecção Civil um órgão interministerial de auscultação e consulta do Chefe do Governo em matéria de Protecção Civil.

O Conselho Nacional de Protecção Civil, é um órgão político de coordenação e é presidido pelo Chefe de Governo (ou delegado no Ministro do Interior) e dele fazem parte 20 Ministérios e outras instâncias (p.e. os governadores provinciais) como a seguir se indica:

- Ministro da Defesa Nacional.
- Ministro do Interior.
- Ministro do Planeamento.
- Ministro de Administração Do Território
- Ministro das Finanças.
- Ministro dos Petróleos.
- Ministro das Pescas
- Ministro de Urbanismo E Ambiente
- Ministro da Industria
- Ministro da Agricultura E Desenvolvimento Rural.
- Ministro da Saúde.
- Ministro da Educação.
- Ministro da Cultura.
- Ministro da Ciência E Tecnologia
- Ministro dos Transportes.
- Ministro de Obras Públicas.
- Ministro do Comércio.
- Ministro de Hotelaria E Turismo.
- Ministro de Assistência E Reinserção Social.
- Ministro da Comunicação Social.
- Ministro de Energia E Águas.
- Chefe do Serviço Nacional De Protecção Civil.
- Outras Entidades.

Comissão Nacional de Protecção Civil que é o órgão especializado de assessoria técnica e de coordenação operacional da actividade dos organismos e estruturas de protecção civil.

Para além dos Ministérios membros do Conselho Nacional, fazem parte da Comissão as seguintes instituições: a Policia Nacional, as Forças Armadas, o Serviço de Bombeiros, a Aviação Civil, a Marinha Mercante e Portos e o Instituto de Meteorologia.

O Director do Serviço Nacional de Protecção Civil faz parte dos dois mecanismos e assegura o vínculo entre o nível técnico e político.

Os mecanismos de coordenação multi-sectorial e a relação com as instituições ministeriais responsáveis nos processos de planificação de prevenção e gestão de desastres serão abordados no marco das acções previstas no âmbito da implementação do Sistema Nacional de Protecção Civil, uma vés que ate a momento foram levadas acções de forma não coordenada.

Algumas iniciativas existentes que contribuem para a redução de riscos no País foram desenvolvidas pelo Governo Angolano que está a implementar e a preparar planos e programas que promovam o uso racional dos recursos naturais e a manutenção de um ambiente sadio para a população, nomeadamente:

- O Programa Nacional de Gestão Ambiental que identifica os sectores sensíveis e indica as medidas de actuação por sector.
- A Estratégia Nacional de Conservação da Diversidade Biológica e Plano de Acção correspondente.

- A realização do estudo visando a elaboração do estado actual do ambiente.
- O Plano Director de gestão integrada da Orla costeira.
- A aplicação do princípio da FAO “ Pesca responsável “ nas actividades pesqueira.
- O estudo e medidas que preservam os solos.
- O investimento nas infra-estruturas de saneamento básico.
- A aplicação de medidas contra a poluição das águas e a segurança química.
- O desenvolvimento de um sistema que evita desflorestação mas também promove a implantação de bosques energéticos.

Existem Organizações não governamentais (ONG) a trabalharem em Programa de reflorestação em algumas Províncias do país. O Governo esta a executar este mesmo programa na província do Namibe com vista a impedir o avanço constante do deserto.

Existem programas técnicos sobre a redução do impacto de desastres nas áreas de prevenção contra incêndios, prevenção rodoviária e ambiental, que têm sido desencadeados principalmente pelas seguintes instituições:

- Ministério do Urbanismo e Ambiente.
- Serviço Nacional de Bombeiros.
- Instituto de Investigação Marinha.
- Sociedade Angolana de Combustíveis.
- Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto.
- Fundação Quissama.
- Juventude Ecológica de Angola.
- Fundação Maiombe

Estas acções incluem, entre outros, os seguintes programas:

- 1) Programa de actividades de mobilização e informação as populações sobre os riscos de incêndios no sector residencial.
- 2) Actividades de profilaxia nas crianças e no sector da saúde respeito os cuidados a terem no uso de fontes de calor.
- 3) Sensibilização e mobilização das populações em situações de emergência e gestão de desastres.
- 4) Visitas de inspecção contra incêndios nos sectores de industria, petróleos, minas, agropecuária, marítimas, centros sociais, unidades militares, centros de turismo e hotelaria.
- 5) Actividades de segurança e assistência aos cidadãos no abastecimento de agua potável e serviços de ambulâncias, em coordenação com os hospitais do país.
- 6) Ordenamento dos diferentes usos e actividades específicas da orla costeira.
- 7) Garantir a participação dos cidadãos em todas as tomadas de decisão que impliquem desequilíbrios ambientais e sociais.
- 8) Constituir, consolidar e reforçar uma rede de áreas de protecção ambiental.

IV. APLICAÇÕES/INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RISCOS

Actualmente não existem no País mecanismos para monitorar e mapear os riscos. O mapa cartográfico actualmente existente foi elaborado para as regiões sísmicas de Angola para o período de 1943-1964, mas foi considerado dentro do âmbito do projecto de Apoio à Criação de um Sistema Nacional de Protecção Civil lá actualização do dito mapa cartográfico, que se prevê ser executado durante o ano 2005.

No país não existe nenhum sistema de alerta prévio em funcionamento, mas esta situação está contemplada no projecto de apoio a implementação do Sistema Nacional de Protecção Civil.

V. GESTÃO DE CONHECIMENTOS

Neste capítulo podemos afirmar que no país não existe presentemente um sistema de gestão de informação sobre riscos e desastres, porque esta matéria é gerida na maior parte dos casos pelas autoridades locais (governos provinciais) e algumas organizações não governamentais, mas sem que haja um sistema organizado de âmbito nacional.

Com a criação da Lei de Bases de Protecção Civil vamos trabalhar na organização de um Sistema mais abrangente contando com a colaboração dos Agentes de Protecção Civil e das Instituições de Investigação Científica, com a participação dos Governos Provinciais e das organizações não governamentais, por meio da realização de encontros nacionais, seminários e treinamento de quadros a nível nacional.

VI. PLANOS DE PREPARAÇÃO DE CONTIGÊNCIA.

São os governos provinciais quem tem se responsabilizado da coordenação, da prontidão e resposta a desastres através da criação de comissões multisectoriais.

Os recursos humanos e financeiros disponíveis para acudir situações de emergência não têm sido suficientes, e podemos mesmo afirmar que são exíguos, se tivermos em conta as grandes dificuldades durante as operações. Quanto a eficácia dos equipamentos, também podemos frisar que não têm sido o desejável, visto que alguns casos faltam e os disponíveis não correspondem à dimensão dos desastres.

VII. PRATICAS DE GESTÃO DOS RISCOS DE DESATRES

Experiência de Luanda Sul

O Programa de Infra-estrutura urbana auto financiado, “Luanda Sul”, ganhou um prémio Internacional do Dubai pela melhoria de condições de vida. O programa teve êxitos por abranger objectivos na redução dos riscos do quotidiano. Os perigos que as populações corriam diariamente foram reduzidos através do acesso a infra-estruturas urbanas, incluindo a construção de fontanários de água, sistema de drenagem, rede

eléctrica, habitações para 16,702 pessoas, contando com a parceria entre as instituições governamentais, sector privado, organizações comunitárias e a população que vivia em assentamentos temporários, muitos desalojados pela guerra. A comunidade participou no planeamento do programa, recursos técnicos e humanos vieram de um grupo de especialistas em urbanismo e infra-estruturas. O desenvolvimento destas inclui facilidades para as comunidades tais como, escolas, estabelecimentos comerciais um parque industrial e um hospital. A continuidade esta assegurada, pois o programa agora é parte do “ Plano Director de Luanda” apoiado pelo Banco Mundial.

Outro exemplo foi o Programa de Regularização dos Rios Coporolo, Cavaco e Catumbela na Província de Benguela que prévio a protecção em zonas de galgamento das águas, protecção das instalações sociais de zonas marginais, protecção de várias infra-estruturas, protecção das populações, protecção das áreas agrícolas e protecção de estradas.

VIII. PROPOSTAS A SEREM ABORDADAS DURANTE A CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE A REDUÇÃO DE DESASTRES

Como fazer as ligações entre as boas práticas de governação e a redução de riscos de desastres dentro dos processos de planificação do desenvolvimento.

Incorporação da visão da gestão dos desastres nos processos de planificação para o desenvolvimento e a maneira de evitar a criação de novos riscos derivados da implementação de projectos de desenvolvimento.

Como criar e desenvolver institutos nacionais e leis para a redução e gestão dos desastres

Como colaborar com os países vizinhos e aqueles com maior experiências em termos de gestão redução dos riscos de desastres (por meio de trabalho em redes, gestão de conhecimentos, etc.)

Como criar indicadores para a monitorização e elaboração de uma página web em matéria de redução dos riscos de desastres.

Como apoiar o estabelecimento gradual do Serviço Nacional de Protecção Civil nos países em via de desenvolvimento.

Como apoiar a preparação de planos de acção Nacionais na área da gestão e prevenção de desastres.

Como capacitar os governos na coordenação e ajuda de emergência assim como da integração nas estruturas regionais na área da gestão e prevenção de desastres (SADC, OICP e EIRD), etc.